

A assistência estudantil no IFPR-Campus Irati: interpretações dos beneficiários

Mário André Camargo TORRES¹
Emerson Luís VELOZO²

Resumo

Este artigo tem como objetivo apresentar as interpretações dos estudantes bolsistas do IFPR-Campus Irati acerca da política de assistência estudantil ofertada pela instituição no ano de 2019. Conceitos como assistência e vulnerabilidade, bem como o papel da política assistencial foram analisados à luz dos seguintes referenciais teóricos: Demo (1994), Paiva (2012), Yazbek (2016), Semzezem e Alves (2013) e Tonet (2012). A investigação, inspirada na leitura antropológica de Geertz, propôs dar visibilidade aos beneficiários, utilizando como método de coleta de dados a entrevista semiestruturada. Entre os resultados, constatamos que a maioria dos bolsistas não demonstrou, de forma explícita, em suas narrativas a ideia de assistência como um direito humano, assim como não assumiu estar em condições de vulnerabilidades; além disso, identificamos que os vários sentidos expostos por eles acerca do impacto da política de assistência em suas vidas é fruto da diversidade socioeconômica e cultural existente entre o público entrevistado.

Palavras-chave: Educação Federal. Estudantes. Narrativas. Assistência Estudantil.

¹ Mestre em Desenvolvimento Comunitário pela Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). Instituto Federal do Paraná – Campus Irati. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1706-170X>. E-mail: mario.torres@ifpr.edu.br

² Doutor em Educação Física pela Universidade Estadual de Campinas. Universidade Estadual do Centro-Oeste (UNICENTRO). ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6816-4456>. E-mail: emersonvelozo@yahoo.com.br

Student assistance at IFPR-Campus Irati: interpretations of beneficiaries

Mário André Camargo TORRES
Emerson Luís VELOZO

Abstract

This article has the aim of presenting the interpretations of scholarship students at IFPR- Campus of Irati regarding the student support policy offered by the institution in the year 2019. Concepts such as support and vulnerability, as well as the role of the support policy were analyzed in the light of the following theoretical reference: Demo (1994), Paiva (2012), Yazbek (2016), Semzezem & Alves (2013) and Tonet (2012). The investigation, inspired by the anthropological reading of Geertz has purposed to give visibility to the beneficiaries by utilizing the semi-structured interview as a means of data gathering. Amongst the results we have verified that the majority of scholarship students did not show, in an explicit manner, in their narratives the idea of support as a human right, nor did they acknowledge being in condition of vulnerability, furthermore, we have identified that the many senses exposed by them in regards to the impact of the support policy in their lives is the fruit of the socioeconomical and cultural diversity that exists among the interviewed public.

Keywords: Federal Education. Students. Narratives. Student Support

La asistencia estudiantil en el IFPR-Campus Irati: Interpretaciones de los beneficiarios

Mário André Camargo TORRES
Emerson Luís VELOZO

Resumen

Este artículo tiene como objetivo presentar las interpretaciones de los becarios IFPR-Campus Irati sobre la política de asistencia al estudiante que ofreció la institución en el año 2019. Conceptos como asistencia y vulnerabilidad, así como el papel de la política asistencial, fueron analizados a la luz de los siguientes referenciales teóricos: Demo (1994), Paiva (2012), Yazbek (2016), Semzezem y Alves (2013) y Tonet (2012). La investigación, inspirada en la lectura antropológica de Geertz, se propuso dar visibilidad a los beneficiarios utilizando como método de recolección de datos la entrevista semiestructurada. Entre los resultados, constatamos que la mayoría de los becarios no manifestaron explícitamente, en sus narrativas, la idea de la asistencia como un derecho humano, ni asumieron estar en condiciones de vulnerabilidad, además, identificamos que las diversas acepciones expuestas por ellos acerca del impacto de la política asistencial en sus vidas es resultado de la diversidad socioeconómica y cultural existente entre el público entrevistado.

Palabras clave: Educación Federal. Estudiantes. Narrativas. Asistencia Estudiantil.

Introdução

Os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) foram constituídos em 2008 a partir da estruturação de instituições já existentes em diferentes regiões do Brasil, como, por exemplo, os Centros Federais de Educação Tecnológica e as Escolas Técnicas Federais, sendo algumas vinculadas às Universidades Federais. A atuação dos IFs na sociedade brasileira foi assim definida pelo Ministério da Educação:

O foco dos Institutos Federais será a justiça social, a equidade, a competitividade econômica e a geração de novas tecnologias. Responderão, de forma ágil e eficaz, às demandas crescentes por formação profissional, por difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos e de suporte aos arranjos produtivos locais. Os novos Institutos Federais atuarão em todos os níveis e modalidades da educação profissional, com estreito compromisso com o desenvolvimento integral do cidadão trabalhador; e articularão, em experiência institucional inovadora, todos os princípios formuladores do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) (BRASIL, 2010b, p. 1).

A oferta de uma educação integral do cidadão trabalhador por parte dos IFs, como apontado pelo Ministério da Educação, demonstra o compromisso institucional em possibilitar que a classe trabalhadora consiga se apropriar de seus direitos (acesso à educação, ao trabalho e a alguns itens básicos da vida, como saúde e lazer), porém essa apropriação é enquanto classe. É preciso destacar que numa sociedade capitalista, como a nossa, a ideia de cidadania está atrelada aos princípios liberais e à expressão ideológica dominante; logo a conquista e o exercício dos direitos podem permitir tornar menos brutal os impactos de um sistema fundamentado na desigualdade social (TONET, 2012).

Ao se comprometer com a transformação social, com a busca de um Brasil mais justo e com a formação integral do trabalhador, os IFs vêm desenvolvendo algumas práticas, a fim de garantir a igualdade de oportunidades para os brasileiros com maiores dificuldades socioeconômicas. Entre essas práticas citamos a assistência estudantil, ação que procura colaborar para que trabalhadores e seus filhos realizem com êxito cursos técnicos e superiores, alterando assim sua realidade e a de seu entorno.

No ano de 2010, foi instituído, por meio do Decreto n.º 7.234/2010, o Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) com a finalidade de contribuir para a permanência e a conclusão de estudantes no ensino superior público federal. As instituições federais de educação superior, bem como os IFs, considerando suas especificidades no que diz respeito às modalidades de cursos que ofertam, deveriam executar as ações de assistência estudantil de acordo com “[...] as áreas estratégicas

de ensino, pesquisa e extensão e aquelas que atendam às necessidades identificadas por seu corpo discente” (BRASIL, 2010a, p. 2).

Nesse contexto, os IFs, em atendimento à nova legislação e considerando suas especificidades e ações existentes, passaram a estabelecer seus programas de assistência estudantil. No caso do Instituto Federal do Paraná (IFPR), a regulamentação da política de apoio estudantil ocorreu no final de 2009, ou seja, um semestre anterior à publicação do decreto que dispôs sobre o PNAES e, desde então, a instituição realizou algumas alterações em sua legislação inicial e implementou vários programas de apoio ao estudante em diferentes períodos.

O IFPR criou ao longo de sua existência (2009-2019), os seguintes programas de apoio ao estudante: Programa de Bolsas Monitoria, Programa de Bolsas Acadêmicas de Inclusão Social (PBIS) e Programa de Apoio a Eventos Estudantis, criados em 2010; Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Jovens e Adultos (PROEJA) e Formação Inicial Continuada e Integrada ao Ensino Fundamental (PROEJA-FIC), concebidos em 2011; Programa Complementar de Apoio ao Estudante (PACE), constituído em 2012; e o Programa de Bolsa Estudante Atleta (PEA), estabelecido em 2014.

No caso da política de assistência estudantil executada pelo IFPR, os beneficiários, prioritariamente, são estudantes matriculados na rede federal de ensino, oriundos da rede pública de educação básica ou com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio. Uma parte considerável desses jovens vive em condições de vulnerabilidade social, compostas por diversos fatores, como questões financeiras, afetivas, étnico-raciais e de gênero; essas que, por sua vez, podem intervir na sua formação educacional, gerando baixo desempenho escolar, retenção e evasão.

Acreditamos que a percepção dos beneficiários é de suma importância para conhecer a efetividade da política de assistência estudantil, por isso os estudos sobre essa temática ganham notoriedade na atualidade³. Nesse sentido, foi realizada uma pesquisa de mestrado, finalizada em 2020, com o título “Assistência estudantil no Instituto Federal do Paraná – Campus Irati: interpretações à luz dos beneficiários”. A fim de democratizar, parcialmente os resultados dessa pesquisa, o presente artigo propõe apresentar as concepções dos bolsistas do ano de 2019 da citada instituição de ensino acerca dos programas assistenciais, principalmente no que diz respeito ao conceito de assistência, à condição de vulnerabilidade e ao papel dessa política em sua formação escolar e em sua vida privada.

³ Outro estudo sobre a política de assistência estudantil nos Institutos Federais é o texto de Teodoro e Oliveira (2021) publicado na Revista Educação em Foco.

A assistência estudantil no IFPR-Campus Irati: interpretações dos beneficiários

As interpretações foram coletadas por meio de entrevista semiestruturada, com nove estudantes do Ensino Médio Técnico e Tecnológico⁴ de diferentes programas que envolviam contrapartida por parte do bolsista e com um servidor ligado diretamente à assistência. A seleção dos entrevistados não ocorreu de forma aleatória e nem partiu da escolha do pesquisador, e sim após diálogo com os servidores da SEPAE por conhecerem melhor a realidade dos bolsistas.

Alguns critérios foram pré-definidos para seleção dos entrevistados, sendo os seguintes: a) estudante que participasse de um programa contínuo e um eventual (edital de eventos), pois nesse caso poderíamos identificar os significados diversos expressados pelo mesmo beneficiário acerca dos dois programas; b) discente que estivesse presente no processo de verticalização dos cursos ofertados pelo Campus Irati, a fim de desvelar a relevância da política de assistência na continuidade dos estudos e, conseqüentemente, na capacitação profissional de estudantes que apresentam vulnerabilidades; c) beneficiário de programa que não exigisse contrapartida além da frequência, no caso o PACE, para que pudéssemos contrastar a sua percepção com a de outros beneficiários de programas que exigem contrapartida; d) estudantes que foram beneficiados pelos programas Monitoria, PEA e Eventos, uma vez que esses programas exigem atividade produtiva no contraturno por parte dos bolsistas, logo suas interpretações poderiam apresentar dados pertinentes às problemáticas da pesquisa; e) estudante que não residisse no município de Irati, no sentido de entender como o benefício tende a colaborar na sua permanência na instituição.

As entrevistas⁵ foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2019, nas dependências do IFPR-Campus Irati, e constituem o *corpus* documental de uma pesquisa de mestrado, inspirada na leitura antropológica de Geertz, sobre a política de assistência estudantil nessa instituição educacional. Partimos do pressuposto de que as interpretações dos beneficiários são repletas de significados entrelaçados, pois se apresentam como “[...] uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares e inexplícitas [...]” (GEERTZ, 2014a, p. 7). O estudo, portanto, consiste na interpretação dos significados atribuídos à assistência estudantil no IFPR pelos seus próprios beneficiários. Tais significados constituem elementos culturais e podem ser interpretados no processo de pesquisa por meio do que Geertz chama de análise do discurso social.

⁴ A fim de preservar a imagem dos beneficiários, empregamos codinomes para todos os entrevistados, ocultando assim sua identificação. No artigo, os codinomes são apresentados com termo único, sem uso de sobrenomes, juntamente com a data em que foi finalizada a pesquisa acadêmica.

⁵ As entrevistas foram realizadas com o consentimento do gestor máximo do IFPR-Campus Irati por meio de Carta de Anuência, bem como dos sujeitos entrevistados e de sua representação legal, no caso dos menores de idade, por meio de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Os temas centrais da investigação – conceito de assistência, condição de vulnerabilidade e o papel da política assistencial – foram analisados à luz dos seguintes referenciais: Demo (1994), Paiva (2012), Yazbek (2016), Semzezem e Alves (2013) e Tonet (2012). Esses autores colaboram para compreender as particularidades das narrativas dos bolsistas e as similaridades acerca da política de assistência estudantil promovida no IFPR – Campus Irati no ano de 2019.

Assistência estudantil: direito ou benesse?

A assistência aos indivíduos em condições de vulnerabilidades é um direito humano, cabendo ao Estado a obrigação de promover políticas públicas para que esses sujeitos consigam suprir suas demandas básicas, como, por exemplo, o direito à educação profissional. O “[...] direito à assistência faz parte da democracia e da cidadania” (DEMO, 1994, p. 27) e, nesse sentido, precisa ser reconhecido pelos seus usuários como uma conquista política e social regida por uma legislação constituída pelos representantes da população e não concebida como uma ação benevolente do governo ou de determinada instituição, ou seja, uma ajuda para os pobres.

Dos nove estudantes entrevistados, somente um bolsista definiu a política de assistência como um direito, porém somente citou esse termo sem apontar e esclarecer essa definição. No decorrer da sua narrativa, acabou enfatizando a concepção da assistência como um benefício ofertado pelo IFPR como “moeda de troca” pelos projetos de extensão realizados.

Ideias como a de favorecimento, incentivo, apoio, doação e auxílio foram as mais citadas pelos bolsistas, demonstrando, dessa forma, limitações em compreender a política de assistência estudantil como um direito que possuem por estar em determinadas condições de vulnerabilidade. Em suas falas, as referências estão diretamente ligadas à noção de benevolência, seja por parte do IFPR, seja por parte do Estado, como podemos observar na seguinte narrativa:

Para mim a assistência estudantil na verdade é uma forma de favorecer os alunos em coisas que o Instituto não proporciona para eles previamente, como, por exemplo, o transporte e alimentação, outros colégios eles dão para os alunos de forma gratuita, de forma vinda do governo. Entende, a alimentação, lanche e o transporte público (Samuel, 2020).

Para o bolsista Samuel, o IFPR, por não possuir merenda escolar e parceria com a rede municipal para o transporte estudantil, como outras instituições educacionais com as quais, provavelmente, o estudante teve contato, supre essa carência via assistência. Em seu discurso, tanto

A assistência estudantil no IFPR-Campus Irati: interpretações dos beneficiários a oferta de alimentação como a de transporte são “doações” do próprio colégio e do governo. Essa noção também apareceu no relato da bolsista Regina que enfatizou a figura do governo como entidade concessora dos benefícios:

Acredito que é um apoio que vem do governo né, um apoio que o governo dá para gerar mais educação para o país, porque é relacionado com isso, ele dá um dinheiro em transporte para o aluno ter a possibilidade de vim todos os dias para aula, para ter como vim (Regina, 2020).

Da mesma forma, a interpretação da bolsista Luiza é de que a assistência estudantil é uma doação, porém a organização enaltecida foi o próprio IFPR. Em suas palavras, é um “[...] auxílio que o Instituto dá que facilita a permanência do aluno evitando a evasão escolar e tudo mais [...]” (Luiza, 2020).

Quando falamos de assistência, estamos compreendendo tal ação como uma política social de caráter transformador, ou seja, que não se limita a reduzir os problemas mais recorrentes das desigualdades sociais, e sim uma política que possa mobilizar aqueles que demandam esse direito, a fim de solucionar seus maiores interesses individuais e coletivos, uma vez que a política social é produto e meio da luta de classes (PAIVA *et al.*, 2012). Porém a sociedade brasileira ainda registra traços de uma política conservadora, de cunho clientelista, que marca as políticas sociais e, dessa forma, algumas delas podem ser denominadas de programas assistencialistas por não promover o protagonismo e a emancipação dos usuários no que diz respeito as suas vulnerabilidades, dando ao Estado a representatividade de agente tutelador.

As narrativas dos beneficiários da política de assistência estudantil do Campus Irati revelaram que suas interpretações são carregadas de elementos que compõem uma política de caráter assistencialista, isto é, uma política que “[...] significa sempre o cultivo do problema social sob a aparência da ajuda” (DEMO, 1994, p. 30). Acreditamos que essa realidade pode ser modificada a partir do momento em que a instituição educacional oportunize cada vez mais à comunidade acadêmica e, de modo especial, aos bolsistas: espaços para que ocorra o empoderamento de uma concepção em que a assistência seja definida como direito humano capaz de elevar o indivíduo como protagonista da sua própria história.

Como vimos, pelas narrativas citadas, os sentidos dos bolsistas do Campus Irati acerca dos benefícios recebidos pela política assistencial carregam resquícios de uma herança cultural ainda muito cultivada em nossa sociedade. Essa mentalidade que define a assistência como ajuda/doação procura dificultar toda e qualquer compreensão mais aprofundada da condição e da realidade social em que vivem os menos favorecidos (YAZBEK, 2016).

Vulnerabilidades sociais e econômicas dos estudantes

Os programas assistenciais ofertados no Campus Irati (PACE, PBIS, PEA e Monitoria) selecionam prioritariamente estudantes em condições de vulnerabilidade socioeconômica, ou seja, indivíduos com renda familiar *per capita* de até um salário mínimo e meio vigente, conforme o artigo quinto do PNAES. Logo, os estudantes do Campus Irati são bolsistas, porque ao se inscreverem no programa e conseguirem o benefício encontram-se nessa condição de renda *per capita*.

No final de 2018, o IFPR aprovou a Resolução n.º 66 que definiu alguns critérios e procedimentos a serem adotados para a análise socioeconômica do grupo familiar dos estudantes, ou seja, um documento que instituiu o Índice de Vulnerabilidade Social (IVS). Os indicadores que compõem o IVS são:

[...] renda familiar *per capita*; composição familiar; situação de ocupação, trabalho e emprego; origem escolar do estudante; situação de moradia; situações de saúde; condições de mobilidade; participação em programas sociais e situações atípicas da família que agravam sua vulnerabilidade [...] (IFPR, 2018, p. 3).

Tendo como base os indicadores citados, temos o grupo dos considerados obrigatórios, sendo estes: composição familiar; renda bruta *per capita* e ocupação, trabalho e emprego. Os outros indicadores ficam como complementares e ainda sendo permitido quando necessário a realização de entrevista e visitas domiciliares.

Segundo o assistente social do Campus Irati, o IVS auxilia no momento de avaliar as condições socioeconômicas dos estudantes, pois ajuda a “[...] definir o que é que gera uma vulnerabilidade, qual é o aluno que está mais vulnerável, mais suscetível, por exemplo, qual o aluno que corre mais risco de ter evasão em decorrência de uma situação de vulnerabilidade econômica” (Augusto, 2020).

Muitas vezes, a questão da vulnerabilidade socioeconômica é concebida somente a partir de elementos financeiros, como baixa renda e desemprego. Porém uma análise mais aprofundada do termo nos revela a existência de outros aspectos relevantes. Para as autoras Semzezem e Alves (2013, p. 144),

[...] as vulnerabilidades sociais vinculam-se a situações de empobrecimento da classe trabalhadora, relacionadas a dificuldades materiais para a manutenção da sobrevivência, mas, também, a dificuldades relacionais e culturais, pois estas interferem na forma de viver dos trabalhadores e de suas famílias.

A assistência estudantil no IFPR-Campus Irati: interpretações dos beneficiários

No caso dos estudantes atendidos pela assistência estudantil do IFPR-Campus Irati, percebemos que as interpretações revelaram tanto elementos de uma concepção de vulnerabilidade atrelada ao aspecto financeiro quanto uma visão para além desse fator. Em alguns casos, houve bolsistas que apontaram suas limitações pessoais e familiares, relacionando-as ao conceito de vulnerabilidade; houve aqueles que abordaram o assunto referindo-se aos outros colegas; e alguns não se viram nessa condição. Seguindo os pressupostos do antropólogo Geertz (2014a), uma vez desveladas essa pluralidade de concepções a partir do contexto de cada vivência estudantil, conseguimos dar visibilidade ao discurso dos beneficiários acerca de temas complexos, como a questão da vulnerabilidade.

Como essa situação acaba desvelando a fragilidade não só pessoal do estudante, mas de toda sua família, nos seus mais variados aspectos, é possível que muitos se desviaram do assunto para evitar uma exposição da sua vida privada. Além disso, os estudantes do Campus Irati que são bolsistas pertencem à classe trabalhadora, mas não possuem um entendimento sobre a complexidade da estrutura social marcada pelas diversas desigualdades. Consequentemente, falta-lhes a identidade de classe, algo que poderia colaborar para afastá-los da cultura da vaidade presente em nossa sociedade atual e, ao mesmo tempo, para expressar suas reais vulnerabilidades.

Os bolsistas Samuel, Renata e Fernando revelaram suas vulnerabilidades e apontaram os principais gastos subsidiados pelo auxílio da assistência estudantil:

Eu acho que, eu me encontrava numa situação de vulnerabilidade, principalmente nos primeiros anos do IF por questão financeira familiar. Porque que nem eu falei, nesses dois primeiros anos, principalmente no tempo de transição, primeiro a gente tinha uma caminhonete e daí foi perdido para o banco. Neste período de transição em que a gente estava sem ter meios para vim, por exemplo, tinha que vim de ônibus, a passagem como eu falei, o IF não tem convênio com a empresa de transporte, não paga meia passagem e ficar pagando passagem, passagem...e no final do mês pesa, então esse valor cobria bem esse gasto (Samuel, 2020).

A bolsista Renata ao ser questionada se em algum momento enquanto estudante do IFPR-Campus Irati se sentiu vulnerável, respondeu positivamente e salientou sua dependência em relação ao valor recebido:

Sim, principalmente para continuar aqui, porque eu penso que talvez o ano que vem eu não tenha essa assistência e daí eu não vou ter como pagar o transporte e a minha mãe não consiga também. Tem outras questões, eu não saberia dizer muito mais que isso, é assim que me enxergo (Renata, 2020).

A estudante Renata foi a única entrevistada que expôs com maior transparência sua situação de vulnerabilidade e, além do mais, demonstrou possuir consciência política sobre as relações de classe em nossa sociedade e as diversas formas de vulnerabilidade.

Então, acho que, a gente vem de diferentes realidades né, e nossos pais são responsáveis por nós, a gente fica dependente disso, mesmo a gente sendo muito bom, tendo um desempenho ótimo, a gente é afetado por isso, e é meio complicado, porque tem diferentes vulnerabilidades, às vezes você não tem uma família que te dê apoio, às vezes você não tem dinheiro, são diferentes formas de vulnerabilidades [...] [...] antes, eu não tinha noção que antes davam bolsas aqui no IF, eu também pensava como que os alunos lá, de diferentes classes sociais, como que fica, quando eu percebi que não tinha o transporte urbano para os alunos, eu percebi que é bem importante e talvez eu não tivesse continuado aqui se não tivesse esse ano [...] (Renata, 2020).

A concepção mais ampla acerca da vulnerabilidade da bolsista Renata pode ser resultado de vários fatores, sendo que um deles conseguimos identificar por meio da entrevista. Segundo a jovem, o tema da assistência estudantil é debatido em sua casa: “não é tão aprofundado, é uma coisa mais superficial, mas sempre converso com a minha mãe, porque a gente vai ver no que a gente vai precisar distribuir ali a renda e a gente sempre conversa no que dá pra aplicar [...]” (Renata, 2020).

O estudante Fernando estava se formando no curso superior do Campus Irati e fez parte da primeira turma do ensino médio integrado. Nos seis anos em que esteve matriculado na instituição, foi bolsista e passou por vários programas assistenciais, inclusive seu irmão mais novo está finalizando o ensino médio. Fernando é bastante conhecido na instituição por ter passado pelo processo da verticalização de ensino e por ter sido representante estudantil no Conselho Superior do IFPR.

O relato do bolsista é muito marcante, porque como servidor do Campus Irati tenho conhecimento da realidade social do jovem e da sua família. Durante a entrevista, abordou a temática da vulnerabilidade, dando ênfase aos colegas que vivem em seu bairro, local em que se encontra o IFPR. O entrevistado apontou como pontos de vulnerabilidade a ausência de *internet*, a debilitada infraestrutura asfáltica e a criminalidade existente naquele local, comentou a importância de uma alimentação nutritiva e de uma mentalidade “[...] que a escola pode ser benéfica a longo prazo [...]” (Fernando, 2020).

Segundo Fernando, o IFPR o ajudou a perceber que a educação é uma possibilidade para se livrar de caminhos que levam à criminalidade:

[...] mas eu acredito que eu não tinha, quando eu estava vulnerável eu não tinha percepção, por exemplo durante a adolescência, que você crescer, querendo ou não,

A assistência estudantil no IFPR-Campus Irati: interpretações dos beneficiários em um lugar que muita gente desiste da escola, onde muita gente às vezes opta pelo caminho mais fácil né, ou talvez pela única alternativa não sei, então você acaba ficando vulnerável a isso, porque se você andar com uma companhia errada, as coisas pode acabar se desviando, acabar cometendo crime ou coisa assim, então é uma coisa que quando eu estava vulnerável e suscetível a isso, que é mais pré-adolescência, antes disso que a pessoa não tem uma consciência boa para perceber, eu não sabia, então eu acho que mais tarde é que eu consegui perceber, que bom que eu rumei outro lado, então acredito que durante o tempo do Instituto, talvez no início né, que era mais jovem, acredito que muda muito a sua visão, o teu caminho, você ter acesso à educação (Fernando, 2020).

Embora Fernando tivesse muitas informações a serem reveladas acerca de sua condição social, constatação fruto da relação pesquisador e entrevistado, o bolsista limitou-se a falar de exemplos externos a si e somente em alguns momentos de sua narrativa conseguimos observar a sua identificação com a vulnerabilidade socioeconômica.

Uma das revelações mais intrigantes foi o fato de mencionar que às vezes utilizava o dinheiro do benefício para “[...] alimentação aqui no campus mesmo, porque às vezes era ruim, por exemplo, você ir à tarde para casa, mesmo morando perto né, então eu utilizava para ficar aqui [...]” (Fernando, 2020).

A declaração chamou a atenção por dois fatores; primeiro, em razão da proximidade entre a residência do jovem e do Campus Irati e, mesmo assim, ele "optar" por se alimentar na instituição; segundo, porque em várias partes da entrevista, o bolsista mencionou a importância da alimentação saudável para o êxito educacional. Diante disso, seria possível inferir que ele e sua família tenham vivenciado em algum momento carência alimentar? A “opção” de almoçar no campus durante os dias de atividades de contraturno teria sido uma alternativa ou uma necessidade?

Assim como Fernando, outros bolsistas tiveram dificuldades para revelar plenamente suas possíveis limitações, pois não se sentiram à vontade para falar de sua privacidade para um outro que não conhecem. Além do mais, vivemos numa sociedade em que os traços da cultura da vaidade estão suficientemente presentes e, dessa forma, o olhar do outro sobre si mesmo é fundamental (LA TAILLE, 2016), condição essa que pode fazer com que os estudantes beneficiários não revelem aquilo que realmente são, e sim aquilo que é aparente e que pode ser admirado pelos outros.

Há também uma outra situação que é quando o outro, no caso o pesquisador, conhece pessoalmente os pais/responsáveis do bolsista. Nesse caso, o entrevistado pode querer justificar determinadas informações que aparentemente possam se apresentar contraditórias.

Percebemos que a bolsista Luiza ficou apreensiva ao participar da entrevista, em decorrência da relação de amizade entre o pesquisador e seu pai. Talvez por isso a bolsista ao falar de

vulnerabilidade tenha se referido aos colegas e não a si mesma, como podemos observar na seguinte fala:

[...] acho que tem a ver com aquelas pessoas que, às vezes não tem na estrutura familiar uma renda fixa e os pais com emprego fixo, aí às vezes elas estão sujeitas a ter que abandonar a escola ou alguma coisa assim para conseguir trabalhar e contribuir com a renda da família, tem pessoas que a família não consegue por exemplo tirar R\$ 200,00 da renda para vir até o IF ou qualquer outra instituição que fosse, eu acho que tem haver mais nessa parte dessas pessoas (Luiza, 2020).

Apesar de não se considerar uma pessoa em condição de vulnerabilidade, apontando a existência de outros estudantes que precisavam muito mais do que ela, a bolsista salientou que a assistência a ajudou no sentido social. Luiza apontou que usava o valor de 168 reais do PACE para pagar a van que a transportava para o IFPR e que custava 210 reais; mas não indicou se tinha condições de arcar com essa despesa se não fosse o auxílio estudantil. Luiza apontou que usava o valor de R\$168,00 (cento e sessenta e oito reais) do PACE para pagar a van que a transportava para o IFPR e que custava R\$ 210,00 (duzentos e dez reais), mas não indicou se tinha condições de arcar com essa despesa se não fosse o auxílio estudantil.

Já o bolsista Marcos, em nenhum momento, segundo ele, enquanto estudante do IFPR-Campus Irati, se sentiu vulnerável. O bolsista, que recebeu auxílio do programa Monitoria, acreditava que a questão da vulnerabilidade era mais presente nos outros programas ofertados pela instituição. Em vários momentos da entrevista, procurou deixar claro que mesmo sem bolsa teria como participar das atividades de ensino, exceto em eventos externos.

O estudante foi o único entrevistado que citou várias formas de vulnerabilidades, como podemos observar na seguinte fala:

Acho que, por exemplo, alguns alunos que têm condições de moradia debilitado; dificuldade familiar, por exemplo, que tem dificuldade que afeta o desempenho escolar, então acho que isso seria uma questão de vulnerabilidade, que se ele receber, por exemplo, um auxílio ele pode ter um incentivo a mais para ter melhor desempenho na escola; questão de transporte também, que talvez algum aluno que não tenha dinheiro para pagar transporte; ou, por exemplo, alunos que têm dificuldade no próprio ensino eu acho que poderia ser uma questão de vulnerabilidade; questão mesmo social, assim tipo de relação social, às vezes a pessoa pode na interação com os colegas ter dificuldade, alguma coisa assim, que pode afetar também no convívio escolar (Marcos, 2020).

O fato de Marcos não se sentir vulnerável está relacionado à concepção que o jovem possui de vulnerabilidade. Os exemplos que citou revelam situações não vivenciadas por ele, pois conforme

A assistência estudantil no IFPR-Campus Irati: interpretações dos beneficiários apontado teria possibilidade de custear o transporte sem o auxílio da assistência, possui bom desempenho escolar e convívio harmonioso com a família.

Outro bolsista que relatou não se sentir vulnerável no que se refere à questão financeira foi Julio. Filho de professora com emprego fixo, o jovem chegou a apontar “[...] que o nosso campus não tem uma vulnerabilidade social tão grande assim, mas isso não significa que ela não exista [...]” (Julio, 2020).

Embora, tenha relatado que usava o dinheiro do PACE para pagar a mensalidade da formatura, as inscrições de eventos artísticos pela razão de atuar num grupo de dança e outras demandas pessoais, o estudante desvelou a importância da assistência para sua permanência no Campus Irati:

[...] quanto ao PACE, além de permitir mesmo eu poder vir para o IF e poder fazer as matérias normais ele me traz uma segurança maior de que eu vou poder continuar aqui sabe...quando a gente tem o PACE fica mais tranquilo sabe, a gente consegue estudar melhor sabendo que tem uma segurança maior (Julio, 2020).

A concepção dos entrevistados em relação ao tema da vulnerabilidade está relacionada ao modo de viver de cada um e ao modo de como querem ser vistos pelos outros, uma vez que não querem ser identificados como vulneráveis, pois na cultura da vaidade o que interessa é a admiração do outro e não a compaixão. A vulnerabilidade não é o mesmo que pobreza, todavia está incluída nela e, nesse sentido, os estudantes bolsistas do IFPR-Campus Irati possuem o direito do auxílio por estarem de certa forma numa condição de instabilidade financeira, que pode causar prejuízos a sua formação educacional, porém a grande maioria não possui consciência plena da insegurança da classe trabalhadora no sistema capitalista de produção.

Há uma relação entre a ausência de consciência política em conceber a assistência estudantil como um direito e a ausência de identidade de classe por parte dos filhos dos trabalhadores. O ambiente escolar, muitas vezes, pode colaborar para que os estudantes tenham uma maior percepção sobre as contradições da sociedade capitalista, fomentando consciências que estabelecem relações de identidades e de busca pelos seus direitos, como o direito à assistência para ter acesso à educação de qualidade.

A assistência “[...] é possibilidade de reconhecimento público da legitimidade das demandas dos subalternos e espaço de ampliação de seu protagonismo como sujeito” (YAZBEK, 2016, p. 72). E uma política assistencial que tenha como finalidade a tomada de consciência política do sujeito deve estimular que os beneficiários sejam coparticipantes e codecisores dos programas (DEMO, 1994). Visto que a gestão da política de assistência estudantil do IFPR está centralizada na reitoria, podemos inferir que os estudantes-bolsistas ainda precisam de maiores articulações enquanto sujeitos

coletivos e detentores de direitos sociais para atuarem diretamente na administração dos programas assistenciais.

A cidadania é uma conquista e não algo dado; por meio, dela o estudante pode compreender criticamente a realidade e, assim, intervir para transformar a si e o seu entorno, tornando-se sujeito de sua própria história (DEMO, 1994). Sabemos que a assistência é a prestação de serviços e bens, mas também possui uma outra característica que é a ação socioeducativa e essa ação só terá efeitos concretos se o beneficiário do programa assistencial emergir como sujeito ativo e consciente das causas de suas vulnerabilidades; logo, protagonista de todo o processo que envolve a política assistencial.

O papel da assistência na formação escolar e na vida privada dos estudantes

No IFPR-Campus Irati, observamos a existência de uma pluralidade socioeconômica e cultural, realidade que pode ser constatada no perfil escolar, no vestuário e até mesmo no transporte utilizado para chegar à instituição. Estamos falando de pessoas com alto rendimento e outras com dificuldades cognitivas; de filhos únicos e outros que dividem a casa com pais, irmãos e avós; de gente do interior e de gente dos bairros centrais e periféricos; uns chegando de carro próprio, alguns de bicicleta e a maioria de van e transporte cedido por prefeituras de cidades vizinhas; estudantes com ou sem dinheiro para a alimentação e outros com a marmita pronta.

Assim como Geertz (2014b) procurou identificar como os membros de diversas sociedades se definiam como pessoas por meio de suas formas simbólicas, nossa intenção foi desvelar as interpretações dos beneficiários da assistência estudantil do IFPR - Campus Irati acerca dessa política e, de forma especial, como avaliam seu impacto em sua formação educacional e em outras dimensões relacionadas a sua vida. Sabemos que para muitos dos jovens que frequentam as escolas públicas do Brasil, as vivências no espaço educacional⁶ impactam seu modo de pensar e agir e provocam mudanças visíveis a médio e longo prazo.

Essa diversidade foi desvelada durante as entrevistas com os bolsistas dos programas de assistência estudantil do Campus Irati, pois identificamos uma variedade de sentidos acerca da política assistencial, fruto da realidade socioeconômica e cultural da qual esses estudantes fazem parte. Em sua totalidade, os jovens entrevistados revelaram a importância dessa política na sua

⁶ Entre as vivências que foram observadas por meio da pesquisa de mestrado, citamos o contato com a leitura e com esportes, a participação em projetos de pesquisa e extensão e a possibilidade de estágios.

A assistência estudantil no IFPR-Campus Irati: interpretações dos beneficiários formação escolar e na sua vida pessoal. Nas narrativas, conseguimos constatar que para cada um dos bolsistas teve um significado particular participar dessa política. Tal interpretação sugerida pelo modo como vivem, como se relacionam consigo mesmos e com os outros, e também pelas suas aspirações.

Os bolsistas relataram que o auxílio recebido por eles ajudou a custear os gastos com o deslocamento para o IFPR, uma vez que o Campus Irati não possui parceria com a rede municipal de transporte, como é o caso dos matriculados na rede estadual de educação. Além desse custo, a assistência, segundo os entrevistados, colabora para a aquisição de material didático e favorece a permanência de estudante e seu êxito escolar.

A bolsista Renata (2020) revelou, por exemplo, que quando sobrava algum dinheiro do benefício, comprava livros de diversos gêneros; e Fernando (2020) lembrou o seu primeiro *notebook*, adquirido com o valor que recebia via assistência estudantil. Mesmo para os que apontaram não serem dependentes da bolsa, o auxílio financeiro era usado para fins educacionais, como o pagamento de inscrições em vestibulares; enquanto para outros mais dependentes da assistência, o recurso custeava roupas e *internet* domiciliar.

Para além das finalidades didáticas, um dos bolsistas destacou que o dinheiro recebido do PACE também auxiliou no pagamento de remédios, pois possui distrofia muscular, e o procedimento com células-tronco é realizado fora do país, gerando alto custo. Segundo ele, o valor tem ajudado bastante a subsidiar os gastos médicos; e, num determinado momento da entrevista, o estudante desvelou que não só a bolsa, mas todo o apoio que está tendo no IFPR-Campus Irati por parte dos servidores e colegas tem colaborado positivamente em todo seu tratamento.

Eu acho que melhorou bastante, pois tipo o IF é um lugar que eu gosto de estar lá, gosto de estudar lá, gosto de todos os professores, eu acho que tem sido muito importante eu estar lá e isso acaba ajudando no meu tratamento, porque eu acho tipo que o meu tratamento não é só as aplicações, a parte muscular, é meio que tudo que acontece no meu dia-a-dia, as fisioterapias e, também, esse apoio emocional que as pessoas dão, e lá no IF eu me sinto muito bem e isso influencia de forma positiva no meu tratamento (Carlos, 2020).

No que diz respeito à formação educacional, os bolsistas do programa Monitoria revelaram que auxiliar o docente no horário de atendimento aos estudantes os ajudava a relembrar os conteúdos apreendidos nos anos anteriores, o que revela mais um ponto positivo do programa e que contribui para o processo de obtenção e retenção do conhecimento em áreas que já possuíam afinidades. Além do mais, é uma experiência do campo da educação que poderá fomentar o interesse dos monitores pela carreira docente.

Olha, eu como futuro professor também que pretendo, olha é uma das melhores experiências que eu já tive...na monitoria eu aprendo revendo todos os conteúdos que eu já vi no ano passado, no primeiro ano. E eu também aprendo com os alunos, cada vez eu vou revendo mais e vou aprendendo mais, é um meio de eu aprender também, então estou tendo uma experiência de como é estar no papel de docente (Pedro, 2020).

Os integrantes do PBIS e os beneficiários dos editais de eventos também demonstraram que a política de assistência estudantil é fundamental na sua formação educacional; porém, diferentemente dos bolsistas de outros programas, enfatizaram as experiências extracurriculares que tiveram.

Na questão de formação ajuda bastante, principalmente por que eu pego a bolsa do PBIS, bolsa de pesquisa e extensão, na verdade o PBIS programa de inclusão social, mas para mim uma forma de incentivar, uma forma de estimular alguma coisa sabe, por exemplo, a partir dessas bolsas eu consegui desenvolver o interesse em algumas coisas e procurar correr atrás disso, participar de eventos e desenvolver projeto, coisas que em outro colégio eu provavelmente não me interessaria e que a bolsa de assistência estudantil nesta área me incentivou bastante a seguir nesse caminho de procurar alguma coisa e se interessar por aquilo (Samuel).

[...] na vida escolar, acadêmica ela foi muito importante porque proporcionou como eu disse a questão da pesquisa e tal, da própria permanência...também a questão, por exemplo, de você conhecer e ter novas experiências, as viagens que você pode fazer a partir da assistência estudantil, por exemplo, eu já conheci muitas cidades do Paraná que eu provavelmente não iria (Fernando).

Um dos primeiros motivos para eu ter ido para Aracaju apresentar meu TCC lá foi também o IF ter me ajudado com a bolsa, não sei se eu teria condições de bancar a viagem completa e isso vai acrescentar no meu curriculum né, esse trabalho que eu apresentei lá. Também os jogos, gosto por ser relacionado com a saúde, também conhecer os lugares (Regina, 2020).

Um dos objetivos da política de apoio ao estudante do IFPR é promover ações “[...] que oportunizem a participação de estudantes nas mais diferentes atividades formativas, tais como: projetos de pesquisa e extensão, voluntariado, intercâmbio, empresas juniores, organizações estudantis, eventos e outros” (IFPR, 2009, p. 3). O PBIS é um programa de iniciação científica em que o bolsista, juntamente com o orientador, desenvolve uma pesquisa ou uma prática extensionista que gera resultados a serem apresentados em eventos acadêmicos. Por isso, muitos beneficiários desse programa acabam expondo seus trabalhos em eventos realizados em diversas localidades.

Nas entrevistas, os bolsistas expressaram tanto as experiências acadêmicas quanto as experiências pessoais, como, por exemplo, a oportunidade de conhecer lugares que talvez não conheceriam. Conhecer diferentes lugares e suas formas de organização faz parte do direito humano de se apropriar do conhecimento produzido pela humanidade ao longo da história; e isso representa acúmulo cultural e, portanto, formação humana.

A assistência estudantil no IFPR-Campus Irati: interpretações dos beneficiários

Em relação ao âmbito privado, a assistência estudantil tem proporcionado experiências aos estudantes, as quais marcaram essa fase de suas vidas e que possivelmente ficarão na memória deles por muito tempo. Percebemos em suas falas um encantamento com determinadas vivências, provenientes das ações que envolvem a política assistencial no campus.

Para o bolsista Julio, uma questão marcante em sua vida pessoal foi vivenciar autonomia financeira:

[...] foi importante para mim porque foi a primeira vez que eu abri uma conta no banco e eu recebi um dinheiro sabe, então é meio que uma simulação de ter um salário e ter a responsabilidade do meu próprio dinheiro, que não era um dinheiro que vinha para minha mãe e ela decidia, você vai gastar com isso. Essa parte de administração assim, foi o primeiro contato que eu tive, com dinheiro e essa organização, foi bem importante (Julio, 2020).

A partir dessa fala, podemos inferir que o bolsista Julio não era tão dependente do auxílio recebido mensalmente, pois caso contrário seus responsáveis teriam uma participação mais frequente no gerenciamento do dinheiro.

Para o estudante Fernando, a assistência estudantil ajudou bastante na questão pessoal, pela “[...] satisfação de estar participando de alguma coisa, está tendo a mesma chance, por exemplo, que outras pessoas teriam por uma questão financeira, então você acaba sendo colocado ali em um patamar mais igual [...]” (Fernando, 2020).

O conceito de igualdade está presente nas normativas que regem a política de apoio estudantil do IFPR. Entre os objetivos dessa política identificamos que um deles é “assegurar aos estudantes igualdade de oportunidade no desenvolvimento das atividades acadêmicas, culturais, artísticas e esportivas” (IFPR, 2009, p. 3).

A igualdade de oportunidade está inserida no âmbito da cidadania e da democracia; é uma igualdade no campo da jurisprudência, ou seja, o indivíduo possui direitos políticos e jurídicos (igualdade formal) e vive numa sociedade materialmente desigual. Logo, “percebe-se [...] que desigualdade real e igualdade formal não são dois momentos separados, mas partes de uma mesma e incindível totalidade” (TONET, 2012, p. 82).

Essa constatação dos limites da igualdade na sociedade de classes não descaracteriza os efeitos positivos que a assistência estudantil proporciona ao estudante em seu processo de formação educacional, conforme identificados nas interpretações dos bolsistas. Somente traz à tona que a assistência não é o caminho para acabar com as desigualdades sociais e não altera questões estruturais,

embora Demo (1994) tenha defendido que as políticas sociais que visam à emancipação podem acirrar as contradições do sistema capitalista e, conseqüentemente, abrir caminhos para a sua superação.

Para Ivo Tonet (2012, p. 70), “[...] o campo da educação também é um espaço onde se trava uma incessante luta, ainda que a hegemonia esteja sempre em mãos das classes dominantes”. Nesse sentido, a assistência estudantil está marcada pelo antagonismo de classe, pois obedece a interesses contraditórios entre as classes sociais e estas com o Estado (YAZBEK, 2016).

Acreditamos, portanto, que para a assistência estudantil não se transformar em mecanismo assistencialista, ocultando sua própria razão de existir, deve cada vez mais ser conduzida pelos seus usuários; adquirindo, dessa forma, caráter politizado e revolucionário. Sendo assim, surge um grande desafio às instituições educacionais: a transformação dos beneficiários de agentes passivos para agentes ativos no processo de elaboração e atualização das políticas públicas.

Embora a questão da cidadania não tenha sido comentada com uso específico da expressão nas narrativas, identificamos que as experiências vivenciadas pelos estudantes no período que receberam os benefícios da política assistencial, seja em âmbito escolar, seja em espaços privados, apontam para a questão de produtividade nos programas dessa política, pois “a meta da assistência é assistir, obviamente, mas, sempre que possível, deve-se assistir de tal forma que se favoreçam atividades de produção e participação” (DEMO, 1994, p. 31).

O estudo não pretendeu discorrer sobre a complexidade desse assunto, embora acreditemos ser uma questão de extrema importância para compreender o papel da política de assistência estudantil na vida dos beneficiários. Além do mais, acreditamos que no atual contexto educacional e socioeconômico brasileiro é preciso dar visibilidade às contradições entre igualdade formal e desigualdade real existentes nos discursos dos assistidos, uma vez que a igualdade concreta “[...] está necessariamente para além da cidadania” (TONET, 2012, p. 66).

Considerações Finais

O presente artigo se propôs a realizar uma leitura da política de assistência estudantil do IFPR-Campus Irati a partir da interpretação dos beneficiários. Por isso, uma das questões norteadoras para o desenvolvimento do estudo foi questionar qual era a importância da assistência segundo o entendimento dos sujeitos envolvidos diretamente no processo.

Os sentidos atribuídos pelos beneficiários têm relação direta com o seu modo de vida, ou seja, com suas condições econômicas, com sua forma de pensar e agir socialmente, sua trajetória escolar e

A assistência estudantil no IFPR-Campus Irati: interpretações dos beneficiários até mesmo com a sua organização familiar. A pluralidade de significados dos bolsistas acompanha a diversidade dos estudantes do Campus Irati, provenientes de diferentes realidades materiais. Além disso, para a maioria dos entrevistados foi a primeira vez que participaram de uma pesquisa acadêmica; e isso inibiu a grande parte, repercutindo nas narrativas.

Os bolsistas enfatizaram a importância da assistência para sua formação escolar; pois, segundo eles, o auxílio favorece a permanência e a conclusão dos estudos, principalmente custeando gastos com transporte e alimentação, duas demandas que os colégios públicos estaduais oferecem aos matriculados. Alguns chegaram a apontar que conseguem adquirir livros, pagar inscrição de vestibulares, comprar roupas e até pagar parte da formatura com o dinheiro recebido por meio do programa.

Verificamos que embora a assistência tenha papel importante na permanência dos jovens na instituição, entre as contribuições mais marcantes que relataram foram as experiências vivenciadas por eles nos projetos de pesquisa e extensão, nos eventos externos e nas ações de ensino. Todas essas atividades, de acordo com os depoimentos, estabeleceram relações de interação, oportunizaram conhecer lugares e adquirir conhecimentos nas mais variadas áreas, algo que sem o auxílio talvez não teriam acesso.

Apesar de serem classificados como sujeitos vulneráveis a partir do critério de seleção que determina a renda *per capita* de até um salário mínimo e meio para participação em programas assistenciais, a grande maioria dos entrevistados apresentou limitações para identificar-se como indivíduo vulnerável em seus mais diversos aspectos, algo que pode estar relacionado à cultura da vaidade presente em nossa sociedade atual. A concepção de assistência como direito humano também não prevalece entre os bolsistas que conceberam a assistência como uma ajuda do “IFPR” e/ou do “governo”.

Consideramos que esse estudo, ao ouvir e dar visibilidade aos sujeitos que representam a essência da política de assistência estudantil, possa contribuir para que as instituições educacionais avaliem a efetividade dos serviços prestados à comunidade interna. O resultado não pretende construir dicotomias, e sim abrir espaço para o diálogo, a fim de criarmos possibilidades para superar os elementos assistencialistas ainda presentes na política de assistência estudantil e colaborarmos para o protagonismo do beneficiário.

Referências

- BRASIL. **Decreto n.º 7.234, de 19 de julho de 2010**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Brasília, 2010a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm. Acesso em: 17 ago. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia: um novo modelo em educação profissional e tecnológica**. Concepção e Diretrizes. 2010b. 43p. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20 ago. 2019.
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 2014a.
- GEERTZ, Clifford. **O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014b.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n.º 011/2009** – Conselho Superior. Aprova a Política de Apoio Estudantil do Instituto Federal do Paraná, através do Processo n. 63.001092/2009-57. Curitiba: IFPR, 21 dez. 2009. Disponível em: <http://reitoria.ifpr.edu.br/wp-content/uploads/2014/07/Res.-11.pdf>. Acesso em: 27 maio 2019. p. 1-6.
- INSTITUTO FEDERAL DO PARANÁ. **Resolução n.º 66, de 13 de dezembro de 2018**. Aprova critérios e procedimentos para o cálculo do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS, utilizado nas análises socioeconômicas do Instituto Federal do Paraná - IFPR. Curitiba: IFPR, 14 dez. 2018. p. 1-7.
- LA TAILLE, Yves de. Moral e ética no mundo contemporâneo. **Revista USP**, São Paulo, n. 110, p. 29-42, julho/agosto/setembro 2016.
- PAIVA, Beatriz Augusto *et al.* A universalização da seguridade social em questão: a tradução antinômica dos direitos socioassistenciais. **Temporalis**. Brasília, DF, ano 12, n.23, p. 45-67, jan./jun. 2012. Disponível em: [file:///C:/Users/Carla/Downloads/diego_tabosa,+2+-+Temporalis23_\[art-02\].pdf](file:///C:/Users/Carla/Downloads/diego_tabosa,+2+-+Temporalis23_[art-02].pdf). Acesso em: 4 ago. 2022.
- SEMZEZEM, Priscila; ALVES, Jolinda de Moraes. Vulnerabilidade social, abordagem territorial e proteção na política de assistência social. **Revista Ser Social**, Londrina, v.16, n.1, p.143-166, 2013. Disponível em: <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/ssrevista/article/viewFile/16115/14627>. Acesso em: 19 ago. 2018.

A assistência estudantil no IFPR-Campus Irati: interpretações dos beneficiários
TEODORO, Luiz Claudio de Almeida; OLIVEIRA, Carlos Eduardo de. **Educação em Foco**, Belo Horizonte, MG, ano 24, n.42, p.360-378, jan./mar.2021. Disponível em:
<https://revista.uemg.br/index.php/educacaoemfoco/article/view/4180/3355>. Acesso em: 8 ago. 2022.

TONET, Ivo. **Educação contra o capital**. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Classes subalternas e assistência social**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2016.



Os direitos de licenciamento utilizados pela revista Educação em Foco é a licença *Creative Commons Attribution-NonCommercial 4.0 International* (CC BY-NC-SA 4.0)

Recebido em: 17/05/2021

Aprovado em: 23/08/2021